

*Governança Territorial como Potencializadora das
Ações do Turismo de Base Comunitária para
Desenvolvimento Local Sustentável*
*Territorial Governance as Booster of the
Community-Based Tourism Actions for
Sustainable Local Development*
*Gobernanza Territorial como Mejora de las
Acciones de Turismo Comunitario para el
Desarrollo Local Sostenible*

Greiciane Miranda Pires, Thiago Chagas de Almeida** e
Magnus Luiz Emmendoerfer****

RESUMO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) consiste em práticas de gestão do turismo que visam gerar protagonismo comunitário, enaltecer a cultura local e fomentar ações que preservem os atributos característicos de um lugar. Por conta disso, o TBC se alinha à proposta do Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). Só que apesar dessa articulação, o alcance dos princípios do TBC tem sido dificultado pela falta de interação com outros atores locais. Dessa forma, acredita-se que esse gargalo poderia ser solucionado pela sua inserção na Governança Territorial (GT), que representa a gestão coletiva dos assuntos de um território. Com base nessa consideração, o presente trabalho objetivou compreender como os mecanismos de GT podem contribuir para o atingimento das intenções do TBC associadas ao DLS. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, utilizando para a interpretação

* Graduada em Administração na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: greiciane.pires@ufv.br

** Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil. Doutorando em Administração na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos, vinculado à Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: thiagoc-almeida@hotmail.com

*** Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Pós-Doutorado em Administração Pública, Turismo e Empreendedorismo pelas Universidades do Minho, Algarve e Évora, Portugal; e em Políticas Públicas pelas Universidades de Tilburg e Breda, Holanda. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil; e do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio na Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos, vinculado à Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Coordenador Geral da Cátedra UNESCO em Economia Criativa e Políticas Públicas.
E-mail: magnus@ufv.br
Artigo recebido em agosto/2023 e aceito para publicação em setembro/2023.

dos dados a técnica análise de conteúdo temática. Os resultados do estudo indicaram que a GT potencializa o atingimento das pretensões do TBC face ao DLS: Dando um maior protagonismo decisório aos atores comunitários que realizam o TBC; Permitindo que o TBC paute, em espaços deliberativos, seus objetivos endógenos e sustentáveis; e Fazendo com que o TBC consiga o apoio de outros atores territoriais para promover seus intentos articulados ao DLS. Dessa forma, esta pesquisa avança no entendimento da capacidade da GT de impulsionar as ações do TBC, que é uma lacuna teórica. Ademais, o trabalho mostra a importância de promover o DLS pelo envolvimento de múltiplos agentes territoriais-locais.

Palavras-chave: Governança Territorial. Turismo de Base Comunitária. Desenvolvimento Local Sustentável.

ABSTRACT

Community-Based Tourism (TBC) consists of tourism management practices that aim to generate community leadership, enhance local culture and encourage actions that preserve the characteristic attributes of a place. Because of this, the TBC is aligned with the Sustainable Local Development (DLS) proposal. However, despite this articulation, the scope of the TBC principles has been hampered by the lack of interaction with other local actors. Thus, it is believed that this bottleneck could be solved by its insertion in the Territorial Governance (GT), which represents the collective management of the affairs of a territory. Based on this consideration, the present work aimed to understand how GT mechanisms can contribute to the achievement of TBC intentions associated with DLS. An integrative literature review was carried out, using the thematic content analysis technique for data interpretation. The results of the study indicated that the GT enhances the achievement of the TBC's pretensions in relation to the DLS: Giving greater decision-making protagonism to the community actors who carry out the TBC; Allowing the TBC to emphasize, in deliberative spaces, its endogenous and sustainable objectives; and Making the TBC gain the support of other territorial actors to promote their intentions articulated to the DLS. In this way, this research advances in understanding the GT's ability to boost TBC actions, which is a theoretical gap. Furthermore, the work shows the importance of promoting DLS through the involvement of multiple territorial-local agents.

Keywords: Territorial Governance. Community-Based Tourism. Sustainable Local Development.

RESUMEN

El Turismo de Base Comunitaria (TBC) consiste en prácticas de gestión turística que tienen como objetivo generar liderazgo comunitario, potenciar la cultura local y fomentar acciones que preserven los atributos característicos de un lugar. Por ello, el TBC está alineado con la propuesta de Desarrollo Local Sostenible (EDL). Sin embargo, a pesar de esta articulación, el alcance de los principios de la TBC se ha visto obstaculizado por la falta de interacción con otros actores locales. Así, se cree que este cuello de botella podría ser solucionado por su inserción en la Gobernanza Territorial (GT), que representa la gestión colectiva de los asuntos de un territorio. Con base en esta consideración, el presente trabajo tuvo como objetivo comprender cómo los mecanismos de GT pueden contribuir al logro de las intenciones

de TBC asociadas con DLS. Se realizó una revisión integrativa de la literatura, utilizando la técnica de análisis de contenido temático para la interpretación de los datos. Los resultados del estudio indicaron que el GT potencia el logro de las pretensiones del TBC en relación con el DLS: Dar mayor protagonismo en la toma de decisiones a los actores comunitarios que realizan el TBC; Permitir que la TBC oriente, en espacios deliberativos, sus objetivos endógenos y sostenibles; y Lograr que la TBC gane el apoyo de otros actores territoriales para promover sus intenciones articuladas a la DLS. De esta forma, esta investigación avanza en la comprensión de la capacidad del GT para impulsar acciones de TBC, lo cual es un vacío teórico. Además, el trabajo muestra la importancia de promover los DLS a través de la implicación de múltiples agentes territoriales-locales.

Palabras clave: Gobernanza Territorial. Turismo de base comunitaria. Desarrollo Local Sostenible.

1 INTRODUÇÃO

O TBC vem sendo debatido desde a década de 1990 (GRACIANO; HOLANDA, 2020). Suas iniciativas têm ganhado um progressivo destaque frente aos padrões do turismo massificado, por meio de estratégias consolidadas localmente (MORAES; IRVING; MENDONÇA, 2018). O TBC busca valorizar a cultura e dar protagonismo à população local, realizar ações que preservem os recursos ambientais e fazer com que os ganhos econômicos das atividades de visitação sejam mais descentralizados (ALMEIDA; EMMENDOERFER, 2023; GRACIANO; HOLANDA, 2020). Dessa forma, o TBC se apresenta como um modo de gestão do turismo articulado à perspectiva desenvolvimentista do DLS (ALMEIDA; EMMENDOERFER, 2023).

O DLS surge das interações entre a economia, a sociedade e o meio ambiente, partindo das características do local e visando satisfazer as necessidades atuais sem prejudicar as futuras gerações (STOFFEL; COLOGNESES, 2015). O DLS procura utilizar de forma eficiente os recursos endógenos de um determinado lugar, estimulando o crescimento econômico e melhorando a qualidade de vida da população (GRZESZCZESZYN; MACHADO, 2008).

De acordo com Burgos e Mertens (2015), para o turismo ser sustentável, ele deve incorporar o equilíbrio de dimensões ambientais e socioculturais. Nesse sentido, percebe-se que o TBC possui o potencial de ajudar a promover o DLS, por levar em consideração valores da sustentabilidade e a sua conexão aos elementos próprios do local.

Mesmo o TBC tendo esse grande potencial, suas iniciativas têm encontrado dificuldades de conseguir atender seus princípios, sobretudo pela falta de interação com outros atores do território (GRACIANO; HOLANDA, 2020), o que poderia ser resolvido por meio dos mecanismos de GT. A GT realiza uma gestão socialmente participativa, fazendo com que o governo interaja com diversos atores territoriais (PIRES, 2016).

Segundo Pires (2016), a governança é uma importante ferramenta para garantir a participação dos cidadãos nos processos deliberativos. Para Pereira, Salazar e Albuquerque (2020), a inserção do TBC dos espaços de governança fomenta um dos seus principais fundamentos, que é dar protagonismo e poder político à comunidade.

Diante disso, este trabalho objetiva **compreender como os mecanismos de GT podem favorecer o alcance das pretensões do TBC associadas ao DLS**. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, que visa sintetizar analiticamente apontamentos de estudos sobre um determinado tema. Tal revisão ocorreu através de uma pesquisa nos portais de periódicos *Scopus* e *Web of Science*. Já a interpretação dos dados, baseou-se na técnica análise de conteúdo temática, que tem o intuito de identificar os elementos semânticos centrais para os enfoques da pesquisa (BARDIN, 2018).

A partir desses procedimentos, este trabalho criou um quadro referencial (*framework*), que indica como a GT pode estimular a realização dos princípios do TBC relacionados ao DLS. Segundo Graciano e Holanda (2020), essa é uma problemática que precisa ser mais explorada pela literatura (GRACIANO; HOLANDA, 2020).

2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

No decorrer dos anos alguns fatores como o aumento da economia global, maiores opções de destinos turísticos, profissionalização de serviços e diversificação dos meios de transporte, fizeram com que as viagens se tornassem mais acessíveis para as pessoas (BÔAS; SILVA, 2012). Por consequência, no século XXI, tem-se vivenciado um período de grande exploração do mercado do turismo (BÔAS; SILVA, 2012).

Segundo Körössy (2008), por muito tempo o turismo focou quase que exclusivamente nos aspectos econômicos e em atrair massivamente turistas. Porém, conforme esta autora destaca, recentemente o setor tem voltado a sua atenção também para os fatores ambientais e sociais. Isso se deve à percepção de que o turismo influencia na dinâmica de vida dos lugares em que ele se estabelece. Se por um lado o turismo é capaz de proporcionar benefícios econômicos, ele também tem o poder de gerar impactos negativos, em especial sob a perspectiva ecológica e social (KÖRÖSSY, 2008).

Diante disso, modos de gestão alternativos, como o Turismo de Base Comunitária, vêm ganhando cada vez mais notoriedade, através de estratégias culturais e políticas consolidadas localmente, como forma de confrontar padrões tradicionais com uma lógica meramente mercadológica (MORAES; IRVING; MENDONÇA, 2018). O TBC faz parte de um movimento que se propõe realizar um turismo responsável, não colocando acima de qualquer coisa os benefícios econômicos, e leva em consideração a vocação, o potencial e o desejo que a comunidade possui (BÔAS; SILVA, 2012).

O TBC faz com que os visitantes tenham contato direto com o estilo de vida das populações tradicionais (como pescadores artesanais; indígenas; quilombolas; etc.) que necessitam da preservação e conservação do meio ambiente (SAMPAIO, 2008). Segundo este autor, embora o lucro financeiro proveniente da atividade turística seja relevante, para o TBC não é um fim em si mesmo. Graciano e Holanda (2020) também abordaram essa questão, indicando que esse modelo de gestão possui características que vão além da geração de renda para comunidade, colaborando também para o enaltecimento da sua identidade cultural.

De acordo com Souza e Santana (2015), o TBC tem o objetivo de produzir experiências através dos costumes e tradições locais. Ademais, contribui para que as comunidades sejam capazes de descobrir os seus potenciais e transformá-los em atrativos, viabilizando o desenvolvimento local por meio das atividades de visitação (SOUZA; SANTANA, 2015).

Nesse sentido, Almeida e Emmendoerfer (2023) destacam que o TBC carrega diretrizes que podem equilibrar, endogenamente, fatores: econômicos, por gerar renda à população local; ecológicos, por ajudar a conscientizar sobre a necessidade de preservar os recursos naturais do território; sociais, por evitar a exclusão socioterritorial de povos tradicionais; culturais, por valorizar os atributos identitários do lugar; e políticos, por ocorrer pela autogestão comunitária. Por tudo isso, o Turismo de Base Comunitária se conecta à perspectiva do Desenvolvimento Local Sustentável (ALMEIDA; EMMENDOERFER, 2023), que será discutida mais a fundo na próxima seção.

3 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

A concepção de DLS deste estudo é oriunda da integração entre a proposta de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável. Em virtude disso, antes de definir o que é DLS, esta seção explica os principais fundamentos das suas duas abordagens desenvolvimentistas base. O surgimento do desenvolvimento local é reflexo da insatisfação com projetos de desenvolvimento centralizados e fundamentados somente no crescimento econômico e no avanço tecnológico, ocasionando desigualdade social (GRZESZCZESZYN; MACHADO, 2008).

Para Ávila (2000), o desenvolvimento local acontece pelo constante estímulo das capacidades da comunidade de gerenciar o aproveitamento de seus próprios potenciais. Segundo Pinto (2014), a promoção do desenvolvimento local não visa apenas o crescimento econômico, mas sim emancipar as pessoas e garantir que elas tenham acesso aos recursos do território.

Esse tipo de desenvolvimento traz a população local para a tomada de decisão, fazendo com que ela participe do gerenciamento dos bens territoriais (PINTO, 2014). Esta autora também destaca que no desenvolvimento local os atores sociais produzem ações que consideram as peculiaridades territoriais nos mais diversos planos. O desenvolvimento local é consolidado quando se aproveita as características de um determinado lugar que, por meio da participação da sociedade, são transformados, proporcionando a melhoria da sua qualidade de vida – como, por exemplo, gerando renda e acesso à saúde e à educação (GRZESZCZESZYN; MACHADO, 2008).

Já a origem do desenvolvimento sustentável está muito voltada a um movimento de defesa aos recursos naturais, que se disseminou a partir da década de 1970. Segundo Stoffel e Cologneses (2015), esse processo ocorreu aliado à percepção de que as interações entre a economia e o meio ambiente deveriam ser conciliadas, de forma que o atendimento das necessidades atuais não prejudique as gerações futuras. Entretanto, o desenvolvimento sustentável só entrou nas agendas governamentais de maneira mais definitiva na década de 1990, através do Conferência Eco 1992, que foi realizada na cidade do Rio de Janeiro (Brasil) – sendo o primeiro evento das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ANDION, 2003).

Em relação aos atributos do desenvolvimento sustentável, Stoffel e Cologneses (2015) entendem que ele se caracteriza pelo processo que visa utilizar os recursos oriundos da natureza sem pôr em risco a sua disponibilidade para as gerações que estão por vir (STOFFEL; COLOGNESES, 2015). Andion (2003) descreve que a noção de desenvolvimento sustentável proporciona um panorama diversificado, intencionando-se diversos objetivos.

De acordo com Andion (2003), o desenvolvimento sustentável vai além do propósito econômico, incorporando também questões sociais, culturais,

ecológicas, ambientais e políticas. Tal entendimento é compatível à análise de Mota e Aguilar (2009), que indicam que a sustentabilidade é atingida por um modelo de desenvolvimento que busca o equilíbrio sociocultural, econômico e ambiental, além do bem-estar das pessoas.

Apresentados os elementos que constituem a ideia de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável, cabe descrever o que é DLS, enquanto uma congregação dessas duas abordagens. Para esta pesquisa, DLS é: “[...] um processo endógeno (baseado nas peculiaridades locais) que busca melhorar a qualidade de vida da sociedade pelo equilíbrio de múltiplos fatores, como o econômico, o ecológico, o social, o cultural e o político.” (ALMEIDA; EMMENDOERFER, 2023, p.8-9).

Assim, observa-se que o Turismo de Base Comunitária possui o potencial de promover o DLS. Conforme Almeida e Emmendoerfer (2023) e Burgos e Mertens (2015), o TBC engloba as características básicas do Desenvolvimento Local Sustentável, pois pode equilibrar as dimensões ambientais, econômicas e socioculturais endogenamente. Sucede-se que, por mais que exista esse alinhamento, para os benefícios do TBC se consolidarem, seus atores precisam se inserir em espaços de gestão territorial coletiva, a exemplo dos mecanismos de Governança Territorial que serão tratados no tópico a seguir.

4 GOVERNANÇA TERRITORIAL

Segundo Pires *et al.* (2017), o termo governança foi assumindo significados bem variados ao longo do tempo. A sua concepção se difundiu inicialmente nos Estados Unidos, na década de 1930, vindo a indicar instrumentos empresariais para os gestores prestarem contas de suas ações e dialogarem com os acionistas e demais *stakeholders* da organização (PIRES *et al.*, 2017).

No final do século XX, a governança também passou a ser utilizada, pelas Nações Unidas, para representar interações entre poder público, mercado e representantes da sociedade civil (PIRES, 2016). Dessa maneira, ela seria uma prática para coordenar a gestão de políticas públicas, através da participação dos cidadãos e de setores corporativos que seriam impactados pelos seus resultados (PIRES, 2016).

A ideia de GT estaria relacionada a essa segunda concepção, contudo, dedicando à gestão de assuntos específicos de um território. Segundo Dallabrida (2011), a GT pode ser descrita como: iniciativas organizadas para gerir as questões públicas territoriais por meio do envolvimento de diferentes atores sociais, econômicos e institucionais. Nesse sentido, ela pode ser concretizada por diversos mecanismo, a exemplo dos fóruns territoriais, associações de desenvolvimento local ou regional, conselhos e conferências municipais etc. (DALLABRIDA; BECKER, 2003).

Alaoui e Mamoun (2021) destacam que a Governança Territorial visa um desenvolvimento territorial harmonioso, mobilizando para isso uma gestão

compartilhada dos seus recursos. Assim, a GT viria a produzir estratégias coletivas para lidar com os problemas territoriais, ouvindo as demandas e sugestões de diversos grupos sociais (ALAOUI E MAMOUN, 2021; CHAVES; BARROS, 2022; RAVAGNAN; ROSSI; AMIRIAREF, 2022).

A GT se caracteriza como uma ferramenta necessária para a garantia da participação dos cidadãos nos processos de decisão, unindo os diferentes interesses para a coordenação do território (CHAVES; BARROS, 2022; PIRES, 2016). Além disso, Pires (2016) destaca que as estruturas de GT podem produzir soluções inovadoras para superar os desafios ocasionados pelo crescimento desordenado de um território, principalmente por meio de práticas sustentáveis.

A partir das características da GT, é importante compreender, de maneira mais particular, a sua relevância para o TBC. Segundo Pereira, Salazar e Albuquerque (2020), a governança favorece o fomento ao protagonismo comunitário, que é uma das pretensões seminais do TBC. Isso porque, a inserção do TBC nesses espaços colocaria a comunidade em arenas decisórias centrais do território. Fonseca e Avelino (2018) também defendem que a governança é uma ferramenta fundamental para gerar benefícios à população local, uma vez que estimula a postura ativa de atores comunitários para a legitimação e aplicação da política territorial.

Portanto, de modo geral, pode-se dizer que GT faz com que os atores do TBC estejam presentes nas tomadas de decisão coletiva de questões relacionadas ao território. Ressalta-se que as contribuições da GT para o TBC foram investigadas mais a fundo pela revisão integrativa deste trabalho, sendo elas discutidas no tópico dos resultados. Antes disso, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou a abordagem metodológica qualitativa, que tem o intuito estudar subjetivamente o indivíduo e suas relações estabelecidas em sociedade (SOUZA; SANTOS, 2020). Com relação a sua pretensão, esta pesquisa é caracterizada como exploratória, por buscar desenvolver o entendimento de um assunto pouco aprofundado, visando amparar trabalhos futuros sobre ele (GIL, 2007). Este autor também indica que o levantamento bibliográfico é um procedimento muito utilizado na coleta dos dados de uma pesquisa exploratória.

Dessa forma, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, que busca analisar e sintetizar as principais ideias sobre uma questão, a fim de avançar nos conhecimentos teóricos (SNYDER, 2019). A revisão integrativa da literatura proporciona importantes contribuições para as pesquisas, uma vez que incentiva novas reflexões acerca de uma determinada problemática (TORRACO, 2005).

Os dados foram coletados nos portais de periódicos *Scopus* e *Web of Science*. Os portais foram acessados através do *login* institucional do site Periódicos CAPES,

possibilitando a disponibilidade gratuita dos artigos. Para a realização da pesquisa nos portais, foram utilizados os termos: “*governance*” and “*community-based tourism*”. Os termos foram procurados nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos com acesso aberto. A pesquisa dos artigos ocorreu no período de 24/03/2023 a 27/03/2023. Excluindo os que apareceram repetidamente, foram mapeados 47 artigos, conforme indica a tabela 1.

TABELA 1 - ARTIGOS MAPEADOS

TERMOS	BASES	
	Scopus	Web of Science
“ <i>Governance</i> ” and “ <i>community-based tourism</i> ”	27	32
TOTAL		47

FONTE: Os autores (2023)

Os resumos de todos esses 47 artigos foram lidos, descartando aqueles sem nenhuma associação ao tema desta pesquisa. Com isso, foram selecionados para a leitura completa e análise, 39 trabalhos. A análise dos dados ocorreu por meio da técnica análise de conteúdo do tipo temática.

De acordo com Bardin (2018), tal técnica identifica da fonte dos dados (no caso, são os artigos) os elementos semânticos significativos para a pesquisa. Os elementos foram estruturados por códigos e categorias. Os códigos são as partes dos artigos que indicam como os mecanismos de GT podem favorecer o alcance das pretensões do TBC associadas ao DLS. Com relação às categorias, essas representam um conjunto de códigos que possuem significados similares.

As categorias foram estabelecidas *a posteriori*, ou seja, durante a própria interpretação dos dados. Ressalta-se que nem todos os 39 artigos selecionados emergiram códigos para esta pesquisa, mesmo havendo articulação temática. Apenas 14 foram codificados, tendo alguns deles códigos relacionados a diferentes categoriais. O quadro 1 a seguir descreve as etapas da coleta e análise dos dados desta revisão integrativa da literatura.

QUADRO 1 - PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA REVISÃO INTEGRATIVA

1º	O primeiro procedimento realizado foi a definição do tema dos artigos que seriam selecionados. Baseado no objetivo da pesquisa, estabeleceu-se que os artigos deveriam tratar da relação entre o TBC e a governança (podendo o seu caráter territorial ser discutido implicitamente).
2º	Nesta etapa foram escolhidos os termos de busca da pesquisa: “ <i>governance</i> ” and “ <i>community-based tourism</i> ”. A partir deles, encontrou-se 47 artigos, excluindo os que se repetiram.
3º	Na terceira etapa, os resumos de todos artigos mapeados na busca foram lidos. Com esse procedimento, selecionou-se 39 artigos, eliminando os que não tinham correspondência com o tema.
4º	Logo após, foram lidos todos os artigos de forma completa, para capturar os seus códigos. Nesta etapa, identificou-se códigos em 14 artigos, dos 39 selecionados.
5º	Por fim, ocorreu o agrupamento dos códigos de acordo com seus significados comuns, criando categorias.

FONTE: Os autores (2023)

6 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados da revisão integrativa da literatura. Conforme mencionado na metodologia, dos 39 artigos relacionados ao tema deste trabalho, 14 emergiram códigos analíticos. A autoria deles consta no quadro 2 abaixo, organizados dos mais recentes aos mais antigos por linha.

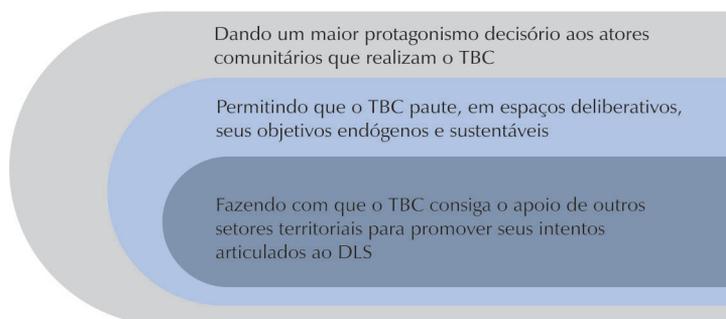
QUADRO 2 - ARTIGOS CODIFICADOS NA REVISÃO INTEGRATIVA

Bachi e Ribeiro (2023)	Rocca e Zielinski (2022)	Zhang et al. (2022)
Andries et al. (2021)	Farinha et al. (2021)	Giampicoli e Glassomm (2021)
Kiryukl et al. (2021)	Stone, Stone e Nyaupane (2021)	Espeso-Moliner e Pastor-Alfonso (2020)
Lindström (2020)	Manaf et al. (2018)	Palmer e Chuamuangphan (2018)
Dangi e Jamal (2016)	Ruiz-Ballesteros e Brondizio (2013)	-

FONTE: Os autores (2023)

Os códigos desses trabalhos foram agrupados em 3 categorias, que resultaram no *framework* da figura 1. Ele indica como a GT pode contribuir para o alcance das pretensões do TBC associadas ao DLS:

FIGURA 1 - CONTRIBUIÇÕES DA GT PARA O ALCANCE DAS PRETENSÕES DO TBC ASSOCIADAS AO DLS



FONTE: Os autores (2023)

O *framework* da figura 1 mostra que a GT tem o potencial de ajudar o TBC a realizar seus princípios voltados ao DLS: Dando um maior protagonismo decisório aos atores comunitários que realizam o TBC; Permitindo que o TBC paute, em espaços deliberativos, seus objetivos endógenos e sustentáveis; e Fazendo com que o TBC consiga o apoio de outros atores territoriais para promover seus intentos articulados ao DLS.

Tais categorias apresentam uma relação de amplitude, pois o maior protagonismo em espaços decisórios (1ª categoria) faz com que o TBC possa pautar seus objetivos endógenos e sustentáveis em espaços deliberativos (2ª categoria)

e, seguidamente, consiga buscar o apoio de outros atores locais para efetivar suas práticas articuladas ao DLS (3ª categoria). Pondera-se que essas categorias não devem ser interpretadas como as únicas contribuições da GT para o TBC promover o DLS, ou as que se evidenciam em quase todos os casos.

A verificação dessas contribuições vai depender muito do contexto analisado, até porque a forma que a GT pode ser estruturada e o TBC atua são infinitas. Por conta disso, elas devem ser entendidas como as contribuições que mais têm sido identificadas nos estudos sobre o tema. Nos subtópicos desta seção, cada uma delas é discutida detalhadamente através dos seus códigos, identificados pela revisão integrativa da literatura.

6.1 DANDO UM MAIOR PROTAGONISMO DECISÓRIO AOS ATORES COMUNITÁRIOS QUE REALIZAM O TBC

Por mais que a TBC por si só empodere a população local, ao fazer com que ela conduza os empreendimentos turísticos, isso muitas vezes se restringe à autogestão do negócio. Durante a revisão integrativa, identificou-se que esse protagonismo decisório aumenta e se solidifica com a inserção de representantes do TBC na GT. Palmer e Chuamuangphan (2018), por exemplo, destacaram que com a GT o TBC passa a ter mais influência na dinâmica do turismo local, vindo a estabelecer relações de interdependência com outros agentes.

Rocca e Zielinski (2022), em seu estudo de caso realizado em Minca (Colômbia), também mostraram a capacidade da governança de empoderar ainda mais os empreendedores comunitários que lidam com o TBC. De acordo com estes autores, a governança faz com que a comunidade tenha mais oportunidade de gerir ações em prol do turismo sustentável, fortalecendo sua capacidade de intervenção (ROCCA; ZIELINSKI, 2022).

O protagonismo decisório dos atores comunitários por meio de mecanismos de governança é essencial para o alcance dos resultados pretendidos pelo TBC. Para Zhang *et al.* (2022), a atuação da população local em espaços de deliberação coletiva favorece a resiliência de povos tradicionais, que é um ideal do TBC, pois permite a valorização da cultura e dos demais elementos identitários locais.

Giampicoli e Glassomm (2020) e Stone, Stone e Nyaupane (2021), também entendem que o envolvimento dos atores do TBC na gestão territorial potencializa a característica do TBC de dar voz à comunidade para lutar por seus ideais sustentáveis. Portanto, indica-se que a GT pode contribuir para aumentar o poder político e de intervenção das organizações e pessoas que trabalham com o TBC.

6.2 PERMITINDO QUE O TBC PAUTE, EM ESPAÇOS DELIBERATIVOS, SEUS OBJETIVOS ENDÓGENOS E SUSTENTÁVEIS

Em decorrência do aumento do protagonismo decisório das iniciativas de TBC, a GT também faz com que elas possam enfatizar, em espaços decisórios centrais, suas pautas endógenas e sustentáveis relacionadas ao DLS. O trabalho de Dangj e Jamal (2016) foi um dos que percebeu que a participação do TBC na governança propicia a defesa do equilíbrio de fatores ambientais, sociais e econômicos.

A GT faz que o TBC levante propostas sustentáveis em mecanismos de deliberação coletiva, disseminando mais seus intentos (FARINHA, *et al.*, 2021; LINDSTRÖM, 2020; RUIZ-BALLESTEROS; BRONDIZIO, 2013). Com isso, o TBC pode contribuir para modelar a produção de políticas públicas territoriais, inserindo estratégias voltadas ao DLS a partir do turismo (ROCCA; ZIELINSKI, 2022).

Andries *et al.*, (2021) são outros autores que entendem que a governança tem um papel fundamental para que o TBC prospecte soluções endógenas e sustentáveis para aos problemas do território. Além disso, eles acreditam que, para haver promoção do DLS através do turismo, é importante que os atores TBC estejam envolvidos no processo de tomada de decisão. Nota-se, assim, que os representantes de TBC têm possibilidade de defender e requerer os seus objetivos associados ao DLS quando inclusos na GT.

6.3 FAZENDO COM QUE O TBC CONSIGA O APOIO DE OUTROS ATORES TERRITORIAIS PARA PROMOVER SEUS INTENTOS ARTICULADOS AO DLS

Esta categoria mostra que, além de dar um maior protagonismo à comunidade e permitir que ela defenda seus objetivos endógenos e sustentáveis em espaços deliberativos, a GT pode fazer com que o TBC consiga o apoio de outros atores locais para promover seus intentos associados ao DLS. Observa-se que são as categorias (contribuições) anteriores que acabam propiciando o apoio e esforço coletivo, por isso identificou-se uma relação de amplitude entre elas.

No que tange especificamente ao apoio, o artigo de Bachi e Ribeiro (2023) indica que a participação do TBC em mecanismos de governança estimula a colaboração dos demais grupos sociais do território na realização das suas propostas. Já Rocca e Zielinski (2022), destacam que uma boa governança gera espaços de diálogo entre agentes comunitários e diferentes níveis do governo, criando um consequente sentimento de confiança entre eles.

A GT busca construir consenso, parceria e responsabilidade no processo de DLS, em virtude das trocas entre os diferentes grupos sociais de um local (ESPESOMOLINERO; PASTOR-ALFONSO, 2020; MANAF *et al.*, 2018). Estes autores também

ressaltam que a governança é capaz de solucionar colaborativamente os problemas habituais que não seriam superados isoladamente, por mobilizar um esforço coletivo.

Nesse sentido, é necessário a criação de espaços de interação, visando o trabalho conjunto entre o poder público, privado e a população local em geral para sustentar e atingir as práticas sustentáveis (FARINHA *et al.*, 2021; KIRYLUKL *et al.*, 2021). Logo, pode-se indicar que a GT ajuda o TBC a contribuir com o DLS, por favorecer o alinhamento de seus interesses com outros atores territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho revelou que a GT pode contribuir para o alcance das pretensões do TBC associadas ao DLS: Dando um maior protagonismo decisório aos atores comunitários que realizam o TBC; permitindo que o TBC paute, em espaços deliberativos, seus objetivos endógenos e sustentáveis; e Fazendo com que o TBC consiga o apoio de outros atores territoriais para promover seus intentos articulados ao DLS.

Tais contribuições, contudo, referem-se a apontamentos mais gerais da literatura consultada, não devendo representar todos os casos em que há representantes do TBC em mecanismos de GT. Até porque, cada caso tem sua particularidade. Levou-se em consideração aqui, um cenário de GT “adequada”, em que seus membros têm uma equitativa capacidade deliberativa e que se implementa aquilo que foi decidido consensualmente. Todavia, na prática, nem sempre isso acontece e nem todos os representantes do TBC defendem plenamente seus princípios endógenos sustentáveis.

Além dessa ressalva, cabe mencionar que esta pesquisa se limitou a coletar dados nas bases *Scopus* e *Web of Science*. Em vista disso, este trabalho sugere que investigações teóricas futuras se baseiem em outras bases de periódicos, aumentando o campo analisado sobre o tema. Ademais, recomenda-se que estudos teórico-empíricos sejam realizados a partir do *framework* da Figura 1, verificando se as categorias se revelam ou não nos casos a serem analisados.

Apesar das suas limitações, o presente artigo avança no entendimento de como os mecanismos de GT corroboram para que o TBC alcance os seus objetivos ligados ao DLS, que segundo Graciano e Holanda (2020) é uma lacuna da literatura. Já a principal implicação prática dos resultados apresentados aqui, seria o estímulo à criação de instrumentos de GT, tendo em vista seu potencial de estimular o DLS pelo envolvimento e esforço coletivo de múltiplos agentes territoriais-locais.

REFERÊNCIAS

- ALAOUI, Y.; MAMOUN, S. M. The pivotal position of the citizen in the concept of territorial governance. **Journal of North African Research in Business**, v.2021, p.1-8, 2021.
- ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v.11, n.1, p.1-21, 2023.
- ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, v.37, n.5, p.1033-1054, 2003.
- ANDRIES, D. M. et al. Sustainable tourism and natural protected areas: exploring local population perceptions in a post-conflict scenario. **Land**, v.10, n.331, p.1-18, 2021.
- ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.1, n.1, p.63-76, 2000.
- BACHI, L.; CARVALHO-RIBEIRO, S. Markets for Non-Timber Forest Products (NTFPs): the role of Community-Based Tourism (CBT) in enhancing Brazil's sociobiodiversity. **Forests**, v.14, n.298, p.1-12, 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2018.
- BÔAS, C. H. S.; SILVA, F. P. S. Turismo de base comunitária na Região do Cabula e entorno: processo de inventariação da oferta e da demanda turística. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 7., 2012, Caxias do Sul. **Anais do VII SemTur**. Caxias do Sul: UCS, 2012.
- BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.13, n.1, p.57-71, 2015.
- CHAVES, M. P. S. R.; BARROS, J. F. Governança territorial na política de proteção em áreas protegidas: estudo comparativo entre Brasil e França. **Inclusão Social**, v.14, n.1, p.143-162, 2022.
- DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Brasília: IPEA, 2011.
- DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em questão**, v.1, n.2, p.73-97, 2003.
- DANGI, T. B.; JAMAL, T. An Integrated approach to "sustainable community-based tourism". **Sustainability**, v.8, n.475, p.2-32, 2016.
- ESPESO-MOLINERO, P.; PASTOR-ALFONSO, M. J. Governance, Community resilience, and indigenous tourism in Nahá, Mexico. **Sustainability**, v.12, n.5973, p.2-20, 2020.

- FARINHA, F. *et al.* Sustainable competitiveness of tourism in the Algarve Region. Critical stakeholders' perception of the supply sector. **Sustainability**, v.13, n.6072, p.1-24, 2021.
- FONSECA, I. F.; AVELINO, D. P. Governança participativa: a necessidade de ir além do discurso. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n.19, p.43-48, 2018.
- GIAMPICCOLI, A.; GLASSOM, D. Community-based tourism in protected areas: elaborating a model from a South African perspective. **Advances in Hospitality and Tourism Research (AHTR)**, v.9, n.1, p.106-131, 2021.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007
- GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.14, n.1, p.161-179, 2020.
- GRZESZCZESZYN, G.; MACHADO, H. P. V. O Sentido do "local" e o papel da cidade no desenvolvimento local. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 5., 2008, Resende. **Anais do V SEGeT**. Resende: AEDB, 2008.
- KIRYLUK, H. *et al.* Stakeholders engagement for solving mobility problems in touristic remote areas from the Baltic Sea Region. **Plos One**, v.16, n.6, p.1-28, 2021.
- KÖRÖSSY, N. Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n.2, p.56-68, 2008.
- LINDSTRÖM, K. N. Ambivalence in the evolution of a community-based tourism sharing concept: a public governance approach. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v.20, n.3, p.302-315, 2020.
- MANAF, A. *et al.* Community-based rural tourism in inter-organizational collaboration: how does it work sustainably? Lessons learned from Nglanggeran Tourism Village, Gunungkidul Regency, Yogyakarta, Indonesia. **Sustainability**, v.10, n.2142, p.2-18, 2018.
- MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Revista Tur, Visão e Ação**, v.20, n.2, p.249-265, 2018.
- MOTTA, S. R. F.; AGUILAR, M. T. P. Sustentabilidade e processos de projetos de edificações. **Gestão e Tecnologia de Projetos**, v.4, n.1, p.84-119, 2009.
- PALMER, N.J.; CHUAMUANGPHAN, N. Governance and local participation in ecotourism: community-level ecotourism stakeholders in Chiang Rai province, Thailand. **Journal of Ecotourism**, v.17, n.3, p.320-337, 2018.
- PEREIRA, J. G. B.; SALAZAR, V. S.; ALBUQUERQUE, M. C. F. Análise da governança em uma experiência de turismo de base comunitária: aplicação do modelo MAG do TBC à ADESCO. **Brazilian Journal of Development**, v.6, n.11, p.85908-85925, 2020.
- PINTO, A. C. B. Desenvolvimento local: a comunidade como participante. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v.3, n.1, p.165-175, 2014.

- PIRES, E. L. S. *et al.* A Governança territorial revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação. **Geographia**, v.19, n.41, p.24-38, 2017.
- PIRES, E. L. S. Território, Governança e desenvolvimento: questões fundamentais. **Caderno Prudentino de Geografia**, n.38, v.2, p.24-49, 2016.
- RAVAGNAN, C.; ROSSI, F.; AMIRIAREF, M. Sustainable mobility and resilient urban spaces in the United Kingdom. Practices and proposals. **Transportation Research Procedia**, v.60, p. 164-171, 2022.
- ROCCA, L. H. D.; ZIELINSKI, S. Community-based tourism, social capital, and governance of post-conflict rural tourism destinations: the case of Minca, Sierra Nevada de Santa Marta, Colombia. **Tourism Management Perspectives**, v.43, p.1-12, 2022.
- RUIZ-BALLESTEROS, E.; BRONDIZIO, E. S. Building negotiated agreement: the emergence of community-based tourism in Floreana (Galápagos Islands). **Human Organization**, v.72, n.4, p.323-335, 2013.
- SAMPAIO, C. A. C. Pensando o conceito de turismo comunitário. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais do V Seminário da ANPTUR**. Belo Horizonte: ANPTUR, 2008.
- SNYDER, H. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v.104, p.333-339, 2019.
- SOUZA, J. R.; SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer, **Pesquisa e Debate em Educação**, v.10, n.2, p.1396-1416, 2020.
- SOUZA, R. P.; SANTANA, L. Possibilidades a partir do turismo de base comunitária na Contra Costa de Vera Cruz- Distrito de Baiacu, BA. **Revista de Iniciação Científica**, v.2, n.1, p.1-13, 2015.
- STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A. O desenvolvimento sustentável sob a ótica da sustentabilidade multidimensional. **Revista da FAE**, v.18, n.2, p.18-37, 2015.
- STONE, L. S.; STONE, M. T.; NYAUPANE, G. P. The State of Tourism and Community Development Research and Future Directions. **Tourism Review International**, v.25, p.79-88, 2021.
- TORRACO, R. J. Redação de revisões integrativas da literatura: métodos e finalidades. **Revista Internacional de Tecnologia e Educação Vocacional para Adultos**, v.7, n.3, p.62-70, 2016.
- ZHANG, J. *et al.* Tackling comprehensive evaluation of tourism community resilience: a probabilistic hesitant linguistic group decision making approach. **Land**, v.11, n.1652, p.2-32, 2022.